DESABAMENTO

Grand Parc: empresa diz que Polícia Civil ignorou os laudos

Incortel diz que laudo não analisou cálculos e não obedeceu às normas nacionais

∠ CARLA SÁ

carla.sa@redegazeta.com.br

A Incortel, administradora responsável pela construção do condomínio Grand Parc, da Enseada do Suá, Vitória, cuja área de lazer desabou em julho do ano passado, questiona o laudo da perícia da Polícia Civil (PC), divulgado ontem por A GAZETA.

"O laudo pericial apresentado na averiguação em andamento coordenada pela Polícia Civil não analisou os cálculos estruturais e, também, não obedeceu o rigor das normas brasileiras NBR 6118 (normas técnicas sobre estruturas de concretos) nas suas análises", diz, em nota, a Incortel.

O documento da PC, que não foi apresentado

oficialmente pela corporação, diz que as causas do desmoronamento foram as condições precárias da laje e a sua montagem fora do padrão técnico. O problema estaria sobretudo nas armaduras e cabos, estruturas que dão sustentação a laje. "Foi entregue um produto (construção) de baixíssima qualidade", destaca a perícia.

A Incortel diz que todas as "inconsistências" que a empresa teria encontrado no material da polícia foram encaminhadas à corporação. "Esperamos que sejam apuradas", finaliza a nota da empresa.

PARTICULAR

Em perícia particular contratada pela Incortel, dois laudos técnicos apontam que haviam problemas na laje, mas que isso não levaria ao colapso total como ocorreu e a causa do desabamento seriam



Máquina retira carro dos escombros do Grand Parc, que desabou no ano passado

erros no projeto de cálculo estrutural, realizado pela MCA Estruturas.

As análises requeridas pela Incortel foram feitas

pela Projest Consultoria e Projetos e pela Costa Negraes Engenharia e Consultoria. Esta última afirma que a laje "está

subdimensionada, não atendendo aos requisitos mínimos de segurança", o que justificaria "o seu colapso".

Já a Projest diz que "as armaduras passivas das lajes são insuficientes, principalmente nos vãos extremos, porém, isso não levaria à ruína da laje e sim a fissuras, trincas e maiores deformações" e que o desabamento foi causado por "punção" (uma grande tensão concentrada), pois o concreto em certo ponto foi submetido a uma pressão "com valor mais do que o dobro da carga permitida".

Procurada, a MCA indicou seu advogado, que não retornou o contato da reportagem.

Já a Polícia Civil destacou que ainda não divulgou o laudo. "O caso segue sob acompanhamento da Delegacia de Crimes Contra à Vida de Vitória e demais detalhes serão passados quando o inquérito for concluído, ainda sem previsão", diz nota da corporação.